

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: Guatô

Data: 26/03/93 Pg.: _____

Procuradoria entra na ¹⁹⁰Justiça contra Lucena

BRASÍLIA — O subprocurador-geral da República em exercício, Wagner Gonçalves, impetrou ontem mandado de segurança, com pedido de liminar, contra o ministro do Exército, Zenildo Lucena, exigindo a imediata demarcação da área indígena Guatô, na ilha Insua, localizada na divisa do Mato Grosso do Sul com a Bolívia.

Contrariando a decisão do Ministério da Justiça, que determinou a demarcação da área de 12.716 hectares pela Funai, o ministro do Exército, segundo o documento do subprocurador-geral, não permitiu que o trabalho fosse feito e nem autoriza a entrada dos índios onde está instalada uma unidade militar.

O Ministério do Exército, segundo ofício encaminhado à Funai em dezembro, é contrário à criação de uma área indígena na ilha Insua. Nesse ofício, recomenda "o estudo de uma solução que resulte num convênio entre as partes, possibilitando à Funai prestar sua assistência aos índios Guatô, sem que o Exército abra mão de sua jurisdição sobre a área em questão". Para o Exército, segundo fontes militares, a ilha é considerada área de segurança nacional por estar na fronteira.

Wagner Gonçalves explicou no mandado de segurança que a Funai tentou cumprir a determinação do Ministério da Justiça, mas foi impedida de demarcar a área pelo comandante da unidade militar do Exército sediada na ilha.



Zenildo Lucena é contra a demarcação das terras indígenas na Ilha Insua

Exército cobra tecnologia francesa

BRASÍLIA — A estatal francesa Aerospatiale, que vendeu 72 helicópteros para o Exército brasileiro, não está cumprindo o contrato de compensação que firmou com o Brasil em 1988. A informação é do comandante da Brigada de Aviação do Exército e gerente do contrato, general Durval de Andrade Nery. O acordo estabelece que a França deve investir no país US\$ 312 milhões para desenvolvimento do parque aeronáutico, mesma quantia que o Brasil empregou na compra dos helicópteros.

— Nessa contrapartida, além

da exportação de produtos brasileiros, está prevista a nacionalização da manutenção do material adquirido no contrato principal — explicou Nery.

A França deveria ter investido US\$ 147 milhões em empresas brasileiras até dezembro de 1991, mas aplicou apenas US\$ 72,5 milhões. Segundo Nery, 15 empresas nacionais estão habilitadas, mas até agora, só a Helibras-Helicópteros do Brasil S.A. e a Engesa-Engenheiros Especializados S.A. foram beneficiadas com a transferência de tecnologia francesa.